

Relatório de Opinião Geral

Fundação Helena Antipoff

Nº 1204494 -1204487

Exercício 2020

CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.



**CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO**



**MINAS
GERAIS**

**GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.**

**CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO**



**MINAS
GERAIS**

**GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.**

PROPÓSITO

Ser integridade e eficiência por uma sociedade melhor.

MISSÃO

Promover a integridade e aperfeiçoar os mecanismos de transparência da gestão pública, com participação social, da prevenção e do combate à corrupção, monitorando a qualidade dos gastos públicos, o equilíbrio fiscal e a efetividade das políticas públicas.

VISÃO

Ser referência nacional na área de controle e reconhecido pela sociedade como um órgão de excelência no fortalecimento da integridade pública.

VALORES

Foco no cidadão; Transparência; Valor e ética; Integridade; Prestação de contas; Conformidade (compliance); Cooperação interinstitucional; Responsabilidade ambiental e social.



ÍNDICE

1. Introdução	5
2. Relatório de Auditoria nº 2150.1385.20, 16 de dezembro de 2020	5



1. Introdução

Trata-se da consolidação dos resultados das auditorias realizadas no exercício de 2021 em atendimento ao art.7º, alínea "b" da Lei Federal 12.527/2011, e art.4º, alínea "b" do Decreto Estadual nº 45.969/2012.

2. Relatório de Auditoria nº 2150.1385.20, de 16 de dezembro de 2020

Objetivo: Avaliar, em nível de entidade, o grau de maturidade dos controles internos da Fundação Helena Antipoff, órgão que tem por finalidade e competência promover cursos de educação básica e profissional, bem como ações educacionais que conduzam à formação de cidadãos conscientes de sua responsabilidade ética e social, observada a política formulada pela SEE, cujas competências estão previstas no Decreto nº 47.906, de 02 de abril de 2020. Avaliada a existência, a adequação e a efetividade dos controles internos instituídos pela FHA, quanto à sua capacidade para reduzir o impacto ou a probabilidade da ocorrência de eventos de risco na execução de seus processos e atividades, por meio do diagnóstico sobre sua estrutura de controle.


Resultado dos exames: Os resultados apresentados neste relatório permitem concluir que a estrutura de controle interno da FHA encontra-se no nível Intermediário, sendo que existem fragilidades, notadamente as relacionadas aos componentes Avaliação de Riscos, conforme apurado neste trabalho de auditoria. A ausência de um processo formal e sistemático de planejamento de gestão estratégica para estabelecer e gerenciar os riscos e a falta de planos táticos e operacionais formalizados e disponibilizados para todos os setores da instituição poderá acarretar vulnerabilidade que impactam os objetivos da FHA, e impedimento de gerencia dos riscos.

Recomendações efetuadas: Aplicação de sanções por violação aos serviços prestados por terceirizados; monitorar e/ou revisar o processo de delegação de competências existente; Acompanhamento do desempenho dos controles internos e comunicação de resultados, conforme diretriz do Decreto nº 47.185 de 12/05/2017, que instituiu o Plano Mineiro de Promoção da Integridade. Subdivisão das tarefas dos membros da Comissão de Ética e pesquisa interna visando mensurar a efetividades das ações realizadas pelos responsáveis; Estabelecer um Código de conduta próprio que inclua questões



específicas do órgão, assim como, aborde questões como pagamentos indevidos, uso adequado dos recursos, conflitos de interesse, aceitação de presentes, doações e uso de zelo profissional devido, entre outros; em observância ao Decreto nº 47.185, de 12/05/2017, que instituiu o Plano Mineiro de Promoção da Integridade, que por sua vez tem como uma de suas diretrizes o incentivo à criação e adoção de códigos de conduta ética. Criação de métodos de verificação da eficácia das medidas tomadas para combate a corrupção; Publicação e aperfeiçoamento do documento Plano Estratégico elaborado no ano de 2019; Engajamento no processo de trabalho voluntário que será realizado na instituição, para estabelecimento da gestão de riscos e fluxogramas; Engajamento e continuidade do processo de trabalho voluntário que será realizado na instituição, para estabelecimento de uma política de gestão de riscos e identificação dos processos críticos. Identificar riscos que surgirem de fatores externos, como novas leis ou regulamentos ou catástrofes naturais, bem como, fatores internos, a exemplo de falta de pessoal e escassez de recursos atual e futuramente; formalizar a identificação. Revisar os procedimentos das atividades de controle, levando em conta os riscos existentes, de modo que os controles sejam proporcionais aos riscos identificados; desenvolver e documentar por diversos mecanismos (fluxogramas, matrizes, por exemplo) políticas e procedimentos para as atividades de controle dos processos significativos para os objetivos da organização; Comprometimento e rigor na implantação do processo de mapeamento, já iniciado através de serviço de termo voluntário firmado pela instituição com terceiro; Mapeamento das atividades realizadas, e criação de fluxogramas, facilitando aos novos funcionários que ingressarem no quadro da instituição desenvolver a função e maneira regular; instituir mecanismos para periodicamente monitorar e atualizar os controles, mantendo todos os procedimentos realizados documentados e registrados. Realizar pesquisas de satisfação sobre os pedidos de informação recebidos; realizar treinamentos específicos sobre política de segurança da informação; avaliar a conveniência e oportunidade de automatizar processos repetitivos, visando redução da ação humana e ganho de eficiência. Criar procedimentos para aferir os benefícios alcançados advindos das recomendações provenientes dos trabalhos de auditoria e das próprias avaliações realizadas; implementar fluxo de trabalho nas áreas administrativas, com a finalidade de descentralizar demandas, melhorar e monitorar os processos existentes, entregar resultados eficientes e eficazes, bem como cumprir tempestivamente os prazos estabelecidos.

Resultados Alcançados: A gestão já desenvolve ações que visam aperfeiçoar o seu método de trabalho, como a formalização de Termo de Prestação de Serviços Voluntário firmado com terceiro, objetivando a implantação na instituição de uma Política de Gestão de Riscos, com mapeamento das atividades desenvolvidas, formalização de fluxogramas, identificação dos riscos, das consequências, e medidas que podem ser adotadas para evitá-los.



Houve a contratação da Fundação João Pinheiro para prestar serviços referentes ao programa de qualificação dos servidores e desenvolvimento de atualizações através de consultoria, de documentos normativos institucionais, como Código de Ética, Regimento Interno, Organograma e afins, sendo o programa e as capacitações voltadas a suprir e cumprir as falhas e recomendações apontadas no relatório de auditoria.

Ibirité, 06 de maio de 2022.